
O NEGRO NA OBRA DE LIMA BARRETO

Carlos Erivany FANTINATI¹

RESUMO: Trata-se aqui da militância contra o preconceito racial, empreendida por Lima Barreto em seus textos ficcionais e não ficcionais.

UNITERMOS: Literatura Brasileira; Lima Barreto; artigos; crônicas; contos; racismo; anti-racismo; cientificismo.

Contrariamente ao que sugere o título, não se fará aqui uma exposição exaustiva sobre a presença do negro na obra do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881–1922). O objetivo visado é o de mostrar a sua militância contra o preconceito racial, manifestada em seus escritos não-ficcionais e nos contos, em especial em “Miss Edith e seu tio”. Precede essa parte principal uma rápida, porém indispensável, caracterização da longa tradição de preconceitos contra o negro existente na cultura ocidental, resultante inicialmente de sanções sobrenaturais e, a partir de meados do século XIX, de justificativas fundadas no espírito científico da época.

As raízes mais remotas das sanções sobrenaturais, que justificam o preconceito contra o negro na nossa cultura, parecem estar nos relatos do Gênesis sobre a origem do homem e o povoamento da Terra após o dilúvio. Ensina-se ali que todos os povos descendem de um pai comum, Adão, através do patriarca Noé e de seus filhos, Sem, Jafé e Cam.

Diferentemente dos dois primeiros, Cam é objeto de maldição por parte do pai, em razão de sua atitude censurável, quando do episódio da embriaguez do patriarca. Passando a se referir ao filho como Canaã, o pai o amaldiçoa, enquanto abençoa os outros irmãos, nestes termos: “Maldito seja Canaã. Que ele seja, para seus irmãos, o último dos

¹Faculdade de Ciências e Letras — UNESP/Assis.

escravos'. E disse também: 'Bendito seja Iawek, o Deus de Sem, e que Canaã seja escravo. Que Deus dilate a Jafé, que ele habite nas sendas de Sem e que Canaã seja seu escravo.'“ (Gen. 9, 25-27) (*A Bíblia de Jerusalém*, 1981, p.41)

Após o dilúvio, a distribuição dos seres humanos sobre a Terra se fez, segundo a Bíblia, do seguinte modo: “os filhos de Jafé povoam a Ásia Menor e as ilhas do Mediterrâneo; os filho de Cam, os países do Sul: Egito, Etiópia, Arábia, e Canaã lhes é legado em lembrança da dominação egípcia sobre esta região; entre esses dois grupos estão os filhos de Sem: elamitas, assírios, arameus, os ancestrais dos hebreus”(A *Bíblia de Jerusalém*, 1981, p.41). As exegeses posteriores ratificaram essa distribuição, simplificando a relação entre os filhos de Noé e as regiões habitadas: reservou-se a Europa para os filho de Jafé, a Ásia aos de Sem e a África aos de Cam” (Poliakov, 1974, p.XXII).

Os versículos bíblicos citados tiveram, durante a Idade Média, uma função ideológica clara: serviram de justificativa para a divisão da sociedade em três ordens: “Cam era (...) o antepassado dos servos, Sem, o dos clérigos e Jafé, o dos senhores”(Poliakov, 1974, p. XXII).

Os efeitos negativos da “maldição de Cam” sobre descendentes sediados em África cai pesadamente, durante a Reconquista espanhola, sobre os árabes, colocados na companhia dos judeus. “Um racismo institucionalizado se manifesta pela primeira vez na história moderna”(Poliakov, 1974, p.5), quando do batismo dos descendentes de muçulmanos em 1492. Estatutos de pureza de sangue dividiram os espanhóis em duas castas: os velhos cristãos de puro sangue e os cristãos novos, infamados pelo seu sangue impuro. Elaborada por teólogos espanhóis, criou-se a falsa crença de que os cristãos novos “tinham maculado outrora seu sangue, e esta mácula, ou ‘nota’ tinha sido transmitida hereditariamente até seus remotos descendentes (...)” (Poliakov, 1974, p.5).

A discriminação contra os africanos prossegue no processo de ocupação do Novo Mundo. Jesuítas, como Bartolomeu de Las Casas, colocaram-se a favor dos índios, defendendo-lhes a condição de “verdadeiros homens, *veri homines*, capazes de receber a fé e os sacramentos católicos” (Poliakov, 1974, p.111), ao mesmo tempo que justificavam a escravidão africana. “Foi da Bíblia que os europeus, em ambos os lados do Atlântico, retiraram suas explicações para a

inferioridade dos negros, pela associação destes com os descendentes da tribo de Ham (sic), amaldiçoado por Noé” (Brookshaw, 1983, p.13). Essa mesma maldição facultou à exegese rabínica e protestante a censura de Cam pelos crimes de castração e incesto, e as restrições aos homens negros permaneceram na classificação de Lineu e nas descrições dos filósofos das Luzes, desenhando um longo trajeto da impiedosa discriminação dos homens brancos contra os africanos.

Remonta ainda à tradição bíblica a associação da cor negra com a maldade e a feiura e a da cor branca com a bondade e a beleza. Esse simbolismo enraizou-se de tal forma na cultura européia, persistindo no folclore e no patrimônio literário e artístico.

Quando as sanções sobrenaturais da supremacia branca e de inferioridade negra começaram a perder forças, os colonizadores brancos passaram a arquitetar outras razões que justificassem o seu domínio sobre os povos ditos atrasados. Encontraram-nas no espírito cientificista do século XIX. “Por volta de 1860 (...), as teorias racistas tinham obtido o beneplácito da ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa. No curso do século emergiram três escolas principais de teoria racista” (Skidmore, 1976, p.65): a escola etnológica-biológica, a escola histórica e o darwinismo social. O postulado básico, comum a elas, era “a inferioridade inata e permanente dos não brancos” (Skidmore, 1976, p.65), idéia que exerceu notável influência na elite da América Latina.

No plano da cultura brasileira, as sanções sobrenaturais de preconceito contra o negro se manifestaram fortemente no âmbito do folclore. “Em nenhuma outra parte dos domínios da cultura brasileira, a fusão do simbolismo de cor e do preconceito racial torna-se mais evidente do que nas histórias populares, particularmente naquelas histórias infantis populares, cujos narradores mais versáteis amiúde eram ironicamente negros eles próprios. Tais histórias, não se pode duvidar, sedimentaram-se na mentalidade adulta para formar um fator sempre presente no subconsciente, contrastando com a pretensa ausência de racismo conseguida através da educação ou da subserviência à propaganda nacionalista” (Brookshaw, 1983, p.13). Daí se concluir que “o modo como branco vê o negro, portanto, foi moldado desde a infância pelas histórias em que a negritude era associada ao mal e os que faziam mal eram negros” (Brookshaw, 1983, p.13).

As imagens negativas sobre a raça e a cor negras apareceram também na literatura brasileira, inclusive naquela que se propunha a compartilhar das idéias abolicionistas. Após 1881, a literatura brasileira passou a sofrer a vigorosa influência do ideário naturalista, baseado no determinismo da raça, do meio e do momento. As idéias e estereótipos sobre a inferioridade racial do negro contaminaram a literatura abolicionista e pós-abolicionista, expandindo seu legado até o romance modernista de 1930.

David Haberly estudou com muita argúcia a questão, apontando para o peso da atitude anti-negra presente na literatura abolicionista e sintetizando-a no título do seu artigo: “Abolicionism in Brazil: anti-slavery and anti-slave” (Haberly, 1972). Após examiná-la e vincular os preconceitos contra o negro à tradição social brasileira, considera a emergência do Naturalismo no Brasil como um momento providencial para abrigar e sustentar os estereótipos contra o negro, explicando, a partir daí, seu grande prestígio na literatura nacional:

The determinism of Naturalism theory served to justify and legitimize a new, less formalized set of social controls that sought to separate Negroes and whites in urbanized areas. Writers could still announce their opposition to slavery and their joy in its abolition, but Naturalism claimed to prove that the products of a wretched environment, the slave-quarters, and of generations of mistreated, malnourished, and misbegotten ancestors were both inferior and dangerous. Naturalism abolished white guilt, since all the crimes of the slave system were simply the result of uncontrollable natural forces, but it also advised those safely outside that environment and safely free of those genes to avoid the possible contagion of contact with those forever maimed by situation and genealogy. (Haberly, 1972, p.40-1)

No plano cultural, foi Roger Bastide quem primeiro formulou que no Brasil “o conflito entre as duas tradições étnicas é um conflito entre duas morais (...)” (Apud Brookshaw, 1983, p.17). Partindo daí e das concepções de Fanon sobre a dialética entre colonizador e colonizado, David Brookshaw considera a cultura brasileira como marcada por uma incompatibilidade básica, que “remonta ao

simbolismo original inerente às cores, a equação branco-pureza e, portanto, moralidade versus preto-perversidade, logo, imoralidade” (1983, p.17). Prossegue o relato de sua posição nestes termos:

Aceitando-se a interpretação de Bastide acerca do conflito racial no Brasil ser um conflito cultural, poder-se-ia dizer que entre essas duas culturas conflitantes existe uma linha. Esta linha não é uma barra colorida, pois pode ser atravessada pelo preto, ou pelo mulato: ao atravessá-la, porém, tornam-se exceções do estereótipo, implicitamente impedidos de mostrar qualquer vestígio de sua cultura anterior em troca da assimilação. Eu chamaria essa divisão de “linha do comportamento”, cuja função não é, aparentemente, segregar as raças, e sim as duas tradições culturais, a européia e a africana, a moral e a imoralidade, daí a importância de uma transformação em comportamento cultural uma vez que a linha tenha sido atravessada. (Brookshaw, 1983, p.17)

Caracteriza, a seguir, os lugares das duas culturas em relação à linha de referência:

Acima da linha de comportamento está a faixa da cultura metropolitana, que faz parte do Brasil urbano, industrial, mas é européia em seu equilíbrio racial e em suas tradições. A cultura metropolitana é a cultura da burguesia dominante ou do colonizador. Abaixo da linha de comportamento está a faixa da cultura colonizada, cujo eixo é o ponto de encontro entre o campo e a cidade, a classe média do subúrbio ou da favela. Aqui o equilíbrio racial e a tradição são afro-brasileiro. (Brookshaw, 1983, p.17-8)

Nascido no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1881 e falecido ali em 2 de novembro de 1922, Afonso Henriques de Lima Barreto recebeu, pela sua condição de mulato, o impacto dos preconceitos raciais e de cor, oriundos da tradição da cultura ocidental, imposta e ajustada ao Brasil, onde “a teoria da superioridade ariana era aceita como fator de determinismo histórico, pela elite intelectual brasileira entre 1888 e 1914” (Skidmore, 1976, p.69).

A descoberta do preconceito racial contra o negro, amparado pela ciência da época, ocorreu em 1895, conforme anotou, com comoção e abalo, em 1905, no Diário Íntimo:

Eu era menino, tinha aquela idade [14 anos], andava ao meio dos preparatórios, quando li na Revista Brasileira, os seus esconjuros e anátemas...

Falavam as autorizadas penas do Senhor Domício da Gama e Oliveira Lima...

Eles me enchiam de medo, de timidez, abateram-me; a minha jovialidade nativa, a satisfação de viver nesse fantástico meio tropical, com quem tinha tantas afinidades, ficou perturbada pelas mais degradantes sentenças...

Desviei a corrente natural de minha vida, escondi em mim mesmo e fiquei a sofrer para sempre. (Lima Barreto, 1961i, p.113)

Refere-se aqui, em especial, à leitura do artigo do escritor e diplomata Domício da Gama (1862–1925), chamado “Uma nota da América”, onde este tece considerações depreciativas sobre o negro com base no darwinismo social, muito influente nos Estados Unidos e no Brasil:

Obras social-darwinistas, sobretudo, tinham grande influência no Brasil. Praticamente, todo pensador social brasileiro – antes de 1914 – se viu a braços com o darwinismo social. (Skidmore, 1976, p.70)

Com base no darwinismo social, Domício da Gama escreve inicialmente:

Sentem-se [os negros] evidentemente inferiores, incapazes de resistir à concorrência com raças mais ativas e inteligentes. (Gama, 1895, p.33)

E incorpora, a seguir, a opinião de um americano:

Suponho que esta falta de consideração da massa negra pelos esforços dos mais inteligentes que a querem levantar

é a maior garantia que têm os brancos de que a mancha negra, longe de se alargar contaminando toda a superfície da União, acabará por se reduzir às proporções de uma simples pinta que sirva para contestar a brancura da república e a pureza das raças fortes que a fundaram, como me disse um americano” (Gama, 1895, p.33-4).

Decorre da descoberta desse racismo de base cientificista o projeto de Lima Barreto de empreender uma luta contra o preconceito racial, conforme se pode ler em anotação de 1905, no mesmo Diário Íntimo:

É satisfação para minh'alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmo à soberba de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos. (Lima Barreto, 1961i, p.113)

As primeiras tentativas de militância contra as teorias raciais que depreciavam os negros e seus descendentes parecem estar no interesse com que se volta para o estudo do africano na história do Brasil. É de 1903 o projeto de escrever no futuro a “História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade” (Lima Barreto, 1961i, p.33). Sinais dessa pesquisa incipiente transparecem na elaboração de um outro projeto, em 1905, agora de ordem literária. Seu objetivo é o de “fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal negro*, com mais psicologia especial e maior sopro de epopéia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão” (Lima Barreto, 1961i, p.84). Coroa-se essa linha de projetos inacabados e não executados sobre o africano no Brasil, um texto teatral *Os Negros* – com a anotação: “esboço de uma peça?”, “segundo, ou antes, trilhando Maurice Maeterlinck” (Lima Barreto, 1961h, p.307-312).

Vários são os fatores que poderiam explicar esses projetos fracassados, elaborados até os vinte e quatro anos de idade por Lima Barreto. Mas talvez o fator fundamental, além da juventude do autor, fosse a urgência que requeria a luta contra as teorias racistas. É do mesmo ano de 1905 – assim parecem ter entendido os organizadores do *Diário Íntimo*, embora o texto esteja sem data – uma reflexão madura sobre os perigos que significava a expansão das idéias racistas,

respaldadas já não mais por sanções sobrenaturais, mas por sanções da ciência:

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura das raças.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que cousa feia mais. Tudo isso se diz em nome da ciência e acoberto da autoridade de sábios alemães. (...) E assim a cousa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e, mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas idéias para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamento humilhantes, e os nossos liberalíssimos tempos verão uns novos judeus.

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito – é verdade; mas, desprovidos de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. Era o preconceito: hoje é o conceito. (Grifo meu)
(Lima Barreto, 1961i, p.110-1)

Comprova essa urgência da luta contra as teorias racistas a atenção que concede à elaboração da personagem Doutor Franco de Andrade no *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* publicado em 1909. Lima Barreto faz uma pesada caricatura do médico e futuro romancista Afrânio Peixoto (1876–1947), baiano recém-chegado ao Rio de Janeiro, impregnado dos princípios da antropometria, pseudo-ciência que, com base em mensurações físicas, servia para estigmatizar a raça negra e elevar a branca.

Descartando a possibilidade de se anotar exhaustivamente toda a militância limana contra as teorias racistas e seus defensores, tomar-

se-ão aqui alguns casos que poderão dar uma visão aproximada da luta empreendida.

O contexto brasileiro apresentava entre 1900 e 1922, anos da militância de Lima Barreto, uma plêiade de intelectuais, como o já mencionado Afrânio Peixoto, e outros, como Coelho Neto (1864–1934), Graça Aranha (1868–1931), Euclides da Cunha (1866–1909), cujas aspirações, em termos de identidade nacional, oscilavam entre a defesa de “uma civilização branca e mediterrânea em cenário tropical e a necessidade esporádica de encontrar uma figura nacional pura de descendência nativa que permanecesse como símbolo de exotismo e pureza rural. Estes dois ideais aparentemente conflitantes juntaram forças na luta para abafar a presença do afro-brasileiro dentro do Brasil” (Brookshaw, 1983, p.60).

Lima Barreto sentiu, com muita penetração, esse recalque da componente africana que se escondia no culto à Grécia, chamada por ele de “grecomania”, preconizada pelos intelectuais do período, e na reverência ao caboclo – “mania de cabloco”, segundo ele –, ressurgimento do velho indianismo romântico, prestada com orgulho por alguns escritores. Sobre a “grecomania” deixou um conjunto de artigos, em que ataca, de forma rude, a Coelho Neto, principal veiculador dos mito helênicos. Parodiou-lhe os cacoetes de estilo numa sátira, “A Academia Nacional da Medicina”, com o subtítulo “O poeta Avrúncio Aurora da Estrela – a sua candidatura – várias opiniões” (Lima Barreto, 1961g, p.69-82), ao fazer com que recomendasse o poeta, que não era médico, para uma academia de medicina, criticando também com isso as pretensões dos médicos de entrar para a Academia Brasileira de Letras. Mas, na verdade, o que visava, em última instância, com seu ataque à Coelho Neto e outros “grecomaniacos” era apontar para aquilo que o escapismo helênico escondia: a ignorância da componente africana na realidade brasileira, aludida, no texto abaixo, através da referência ao que Coelho Neto excluía de sua construção da Grécia, em especial sua omissão da escravatura e da opressão grega aos não-gregos:

(...) o senhor Coelho Neto fez também uma espécie de Grécia sua, em que há mais gladiadores romanos do que mesmo mancebos, de quando em quando, entregues a jogos atléticos de feição religiosa; e não soube pôr na sua senão

as estátuas obesas de sua decadência, que são as que nos restam e o pedagogo Hesíodo; olvidou as estatuetas de Tânagra e as comédias de Aristófanes, esquecendo ainda – o que é pior! – que nós não podemos mais animar os seus deuses, pois deixaram de ser os mesmos, criados segundo os nossos temores, os nossos sonhos e as nossas esperanças, à imagem e ao nosso gosto modernos.

Além de tudo isto, como Sainte-Benve diz, referindo-se ao Anacársis e como discípulo arrièré do duvidoso Flaubert de Salambô, só via esplendores e curiosidades brilhantes e pôs na sua Grécia, de lado, alguns defeitos daquelas gentes, daquelas instituições em que a escravatura era a base da sua vida agrícola, industrial e até guerreira (os remeiros dos barcos), a prostituição divinizada, a opressão e a espoliação das raças vencidas, a incoerente democracia em que o direito de cidadania era reservado a um pequeno número de habitantes, o gineceu e outras cositas más. (Lima Barreto, 1961g, p.78-9)

Na sua luta contra as concepções racistas, Lima Barreto não poderia deixar de entrar em conflito com a figura do Barão do Rio Branco (1845-1912), o mais famoso defensor de uma imagem nacional branca e culta e da difusão dessa imagem pela via diplomática. Ministro das Relações Exteriores de 1902 até sua morte em 1912, o Barão do Rio Branco freqüentou com grande assiduidade a ficção, os artigos e as crônicas de Lima Barreto, expondo e defendendo suas idéias, dentre elas a da supremacia branca e a do atrelamento do país à política dos Estados Unidos, vistos por Lima Barreto como expressão do racismo mais odioso.

Tratado satiricamente no *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, dentre outras coisas como o instaurador da corrupção como sistema de governo, e em *Os Bruzundangas* como um “herói” da república, na figura onívora do Visconde de Pancome (Lima Barreto, 1961d, p.105), o Barão do Rio Branco aparece no *Coisas do Reino do Jambom* como alguém que “não nomeava um secretário de legação sem lhe medir bem o ângulo facial, o cefálico, e examinar se o rapaz sabia dançar convenientemente” (Lima Barreto, 1961e, p.44). Pesquisas atuais nada mais fazem do que corroborar as posições racistas de Rio Branco, apontadas então por Lima Barreto:

Durante o Império, tinha ajudado a escrever e editar publicações como o catálogo da exposição de Paris, de 1889. Podia, agora, utilizar todos os recursos do Itamarati para uma sofisticada campanha de propaganda. Desejava, acima de tudo, apresentar o Brasil como país culto. Uma das maneiras de fazer isso (e ele o fez) era preencher as fileiras do serviço diplomático com homens brancos que estrangeiros pudessem considerar civilizados e refinados – para reforçar a imagem de um país europeizado que se tornava mais branco. (Skidmore, 1976, p.151)

Para exercer as missões diplomáticas, as escolhas de Rio Branco recaíam entre os intelectuais de “aparência agradável e ‘imponente’ (i.e. de raça branca)” (Skidmore, 1976, p.152). Obedecendo a esse critério elegeu nomes como Oliveira Lima, Rui Barbosa, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Rodrigo Otávio, Aluísio Azevedo e Domício da Gama.

Assessor de Rio Branco e por ele protegido, Domício da Gama (1862–1925) era um dos alvos prediletos de Lima Barreto na sua luta contra o racismo. Sua aversão às posições do diplomata e escritor vinha de longe, como vimos: Lima Barreto descobriu a desqualificação intelectual e racial do negro em um seu escrito de 1895, na Revista Brasileira. Em 1919, refuta o preconceito racial de 1895 em um artigo, “A Casa dos Espantos”, nome com que se referia ao Itamarati, onde Domício da Gama exercia a função de Ministro das Relações Exteriores. Recorda-se, agora, de um trecho do artigo que lera aos quatorze anos, nos seguintes termos:

Ria-se ele, como autêntico ariano da Bactriana, como sociólogo e historiador que era, de um mulato cubano que, em Paris, fazendo propaganda da independência do seu país dizia: “Nous autres peuples latins...” (Lima Barreto, 1961e, p.40)

Aludindo de forma implícita à condição de mulato, embora bastante claro, de Domício da Gama no irônico “autêntico ariano da Bactriana”, Lima Barreto repele a abordagem racial imposta à questão, que exclui o mulato cubano da comunidade ocidental, e restaura-lhe a condição de latino ao vê-lo através de uma perspectiva histórico-cultural, incomum, então, na época:

O riso ou sorriso do Senhor Domício podia bem ser superiormente bactriano; mas seguramente não era lá muito superiormente refletido.

O mulato cubano podia dizer com tanto acerto que ele e os seus eram latinos, com o mesmo fundamento com que os franceses, os espanhóis, os rumaicos, até os italianos dizem, A questão é de educação e de cultura matriz. (Lima Barreto, 1961e, p.40)

Sua vigilância contra o preconceito racial levava-o a arquivar manifestações jornalísticas anti-negras para mais tarde convertê-las em matéria de artigo. Foi o que aconteceu com Rafael Pinheiro, diretor, intelectual e literato da revista Figuras e Figurões que, em meados de 1905, fez com o maestro italiano Puccini, que passava pelo Rio de Janeiro, uma visita ao Jardim Botânico. Transcreve, num artigo de 1919, o episódio, cedendo a palavra ao autor:

Voltávamos. Inquerimos do que mais o impressionara depois da “fatal” natureza.

I mori (os negros)

De fato, uma fatalidade reuniu na Rua dos Voluntários, de todas as idades, de todos os feitios, uma centena de negros, proporção esmagadora para homens que por ali transitavam. Negros vinham conosco no bonde, negros vira ele no cais, negros trabalhavam no Largo Machado. Um mal estar nos entristecia quando uma crioula, toda de azul celeste, passou por nós na Rua Marques de Abrantes.

– Azzuro celeste e nero, ma quella é la vera celeste Aida?

Uma gargalhada sacudiu a caravana, ao ouvir esta frase de Puccini.

E nós também... rimos, um tanto dolorosamente (Lima Barreto, 1961f, p.234).

Acaciana e ironicamente, Lima Barreto responde a Rafael Pinheiro:

Os companheiros de Rafael podiam fazê-lo [rir dolorosamente]; mas Rafael, um sociólogo prático, político,

homem da multidão brasileira sabia perfeitamente que, durante muitos anos, entraram milhões de negros no Brasil, vindos à força da África, e que não eram absolutamente estéreis. O seu sólido saber histórico, particularmente no que toca ao Brasil, não podia achar graça dolorosa num tolice de um superficial maestro italiano (Lima Barreto, 1961f, p.234).

Tanto na posição dos intelectuais brasileiros, quanto na política externa comandada por Rio Branco, bem como no sestro brasileiro revelado por Rafael Pinheiro, marcados todos por uma atitude depreciativa diante dos negros e seus descendentes, Lima Barreto flagrou aquilo que considerava a postura básica da intelectualidade brasileira diante das idéias vindas do exterior: o servilismo cultural ou a assimilação acrítica,

(...) é bem sabido que os especialistas, sobretudo de países satélites, como o nosso, são meros repetidores de asserções das notabilidades européias, dispensando-se do dever de examinar a certeza de suas teorias, princípio etc, mesmo quando versam sobre fatos ou fenômenos que os cercam aqui, dia e noite, fazendo falta por completo aos seus colegas de estranja. Abdicam do direito à crítica, de exame; e é como se voltássemos ao regímen de autoridade (Lima Barreto, 1961f, p.139).

A crítica ao servilismo cultural da intelectualidade brasileira não permaneceu apenas no plano teórico. Lima Barreto deu uma demonstração prática de assimilação criteriosa das concepções estrangeiras ao passar pelo crivo de suas reflexões de mulato tropical as concepções racistas de Ernest Renan (1823–1893).

Quem tenha tido um contacto mais assíduo com sua obra sabe a influência que sofreu de Renan, sobretudo da obra *Marco Aurélio*. É justamente falando sobre essa influência e as afinidades entre sua vida e a do intelectual francês que principia seu artigo “Meia página de Renan”, publicado na *Revista Contemporânea*, em 28 de junho de 1919. Mas o respeito e o reconhecimento cessam, quando Renan defende a superioridade racial dos brancos em relação aos não-brancos,

o que predisporia aqueles a não aceitar a condição de escravos, natural para estes:

O autor do Marc Aurèle (...) afirma que uma raça de dominadores e soldados, como é a européia – não pode suportar o trabalho manual da terra.

Reduzi esta raça, diz ele, a trabalhar no ergástulo como negros e chineses; e ela se revolta (Lima Barreto, 1961f, p.257).

A essas manifestações preconceituosas contrapunha a ideologicamente esquecida escravidão antiga que vigorou na Europa:

A vista desse trecho, quisera ser Renan, para afiar bem a pena e dizer que “ergástulo” lembra, não a escravidão de negros ou chineses, mas a de germanos, gauleses, iberos, helvécios, gregos, em Roma e seus arredores, quando ela era dos Césares da família Júlia, da burguesada dos Flávios e outros: e que todas essas raças de Gália, de Ibéria, da Helvécia e da Grécia, são perfeitamente européias (...) (Lima Barreto, 1961f, p.257).

Desmente, a seguir, outras asserções racistas do mestre francês com base em fatos da história francesa:

Dizer que os negros e chineses estão condenados a uma servidão eterna é outro engano de Renan. O grande sábio devia conhecer a história das antigas colônias do Haiti; das surras que Louverture deu nas forças francesas que o foram subjugar e de que maneira traiçoeira foi preso, para morrer de frio, nas mãos do salteador Napoleão, no forte de Joux, na França (Lima Barreto, 1961f, p.257)

Além de acusar-lhe a ignorância de fundo ideológico sobre a história do imperialismo francês, chama-lhe a atenção para seu despreparo com relação à questão do escravo negro, por ser-lhe sua história completamente estranha:

Se o inimitável escritor do L'Antechrist vivesse entre nós, por exemplo, veria que nunca os negros aceitaram a escravidão com a docilidade que lhe parece. Aceitavam

como os atuais operários recebem a sua escravidão econômica, o salaríato, isto é, com contínuas revoltas (Lima Barreto, 1961f, p.258)

E cita, a seguir, um episódio, onde revela seu conhecimento das rebeliões negras e demonstra a impregnação localista de suas reflexões, ao contrário do pensamento mimético dos intelectuais brasileiro da época:

Quando chegou Dom João VI ao Brasil, um dos maiores perigos, e constantes, que corria a sua corte estabelecida no Rio de Janeiro, era a revolta dos inúmeros negros fugidos que havia pelos arredores, e se podiam associar de uma hora para outra, e, por todo o Brasil, as coisas se passam assim. E é fácil de ver.

“Quilombo” é uma palavra, não sei de que origem, que quer dizer acantonamento de negros fugidos (Lima Barreto, 1961f, p.258).

Lima Barreto lançava mão, com freqüência, na sua militância anti-racista, de fatos e argumento fornecidos por intelectuais europeus que não partilhavam de preconceitos contra os não brancos. Assim é que se socorre da obra de Celestin Bouglé (1870–1940), *La democrate devant la science*, para rebater as generalizações apressadas, resultantes de uma transposição mecânica da teoria dos caracteres adquiridos do âmbito da biologia para a esfera da vida social:

Afirmou-se como artigo de fé (o que hoje não é) depois dos trabalhos de Lamarck e Darwin, mais aquele do que este, que os caracteres adquiridos pelo indivíduo se transmitiam por hereditariedade e se fixavam na sua descendência.

O que era afirmado para ao campo especial dos estudos daqueles sábios, os antropossociólogos, publicistas, romancistas, etc, trouxeram para as organizações sociais e ampliaram, exageraram. Garantiam eles que devíamos voltar ao regímen das castas, pois assim as aquisições paternas em dado ofício se transmitiriam aos descendentes

sem perdas e, no correr de gerações, o aperfeiçoamento neles seria acelerado (Lima Barreto, 1961g, p.194).

Celestin Bouglé é por ele invocado, primeiro para levar o argumento simplista até as últimas consequências, e, em seguida, para, com exemplo, demonstrar de vez o equívoco do automatismo cientificista:

Dado que assim fosse, objeta Bouglé, no fim de algumas gerações os seus representantes estariam tão adaptados, em toda a sua organização, para tal ofício ou profissão que seriam perfeitamente incapazes de exercer outra.

Esqueceram tais senhores, explica Bouglé, da Índia, onde há desde muitos séculos o regímen de castas, ferozmente delimitadas por preconceitos religiosos e penalidades legais. Era um campo de experiência, onde se poderia ver se o filho do guerreiro não seria capaz de ser legista; o filho do negociante, não “daria” para militar; etc, etc.

Foi o que o domínio inglês veio mostrar à saciedade, desmentindo os dogmáticos teóricos. Os ingleses, no seu serviço, não reconheciam castas e cada qual pode seguir a profissão que lhe aprouver. Não houve nenhuma impossibilidade individual (...) (Lima Barreto, 1961g, p.194-5).

Aliás, todo esse artigo, “Considerações oportunas”, é uma reflexão madura e ponderada contra as distorções do cientificismo, usado como fundamento e justificativa ideológicos sobre a supremacia branca e a inferioridade negra. Para Lima Barreto, não havia nada de mais falso do que apelar para a ciência na questão de raça:

O que se chama ciência nesse campo de atividade mental ainda não é nem um corpo homogêneo de doutrinas. Cada autor faz um poema à raça de que parece descender ou com que simpatiza, por isso ou aquilo. Os seus dados, as suas insinuações, os seus índices, todo aquele amontoado de coisas heteroclíticas que vemos, no nosso comuníssimo

Topinard, são interpretados ao sabor da paixão de cada dissertador (Lima Barreto, 1961g, p.188-9)

Exemplifica, apelando para a autoridade de J. Finot:

Basta dizer, como o mestre Finot, que a dolicocefalia, considerada como qualidade suprema entre os brancos, nada vale quando se encontra entre os negros (Lima Barreto, 1961g, p.188).

E conclui, lançando, com ironia, um racista contra o outro:

Para Stewart Chamberlain, austero sociólogo dos mais autorizados, Byron é um verdadeiro germano; Mas, para Driessman, outro autor autorizadíssimo, é um celta vulgar. Assim por diante (Lima Barreto, 1961g, p.189).

Na sua militância anti-racista, Lima Barreto buscou destruir os pressupostos cientificista que fundamentavam as teorias racistas vigentes na Europa e nos Estados Unidos e mimetizadas aqui no Brasil. Para isso, procedeu a uma leitura crítica das informações provindas do exterior, ao mesmo tempo que procurou no detalhe histórico brasileiro os fatos e argumentos que sustentassem sua luta contra o preconceito que pretendia alçar-se a conceito científico.

Ao pôr em cheque os pressupostos da tão prestigiosa ciência de então, Lima Barreto deixou claro o ponto de partida teórico das suas reflexões nos apontamentos do *Diário do Hospício* que antecedem o romance inacabado *O cemitério dos vivos*:

Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistério e eu creio nele. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos naturalistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e, creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele vem de longas meditações e de lancinantes dúvidas.

Cheio de mistério e cercado de mistério, talvez as alucinações que tive, as pessoas conspícuas e sem taras possam atribuí-las à herança, ao álcool, a outro qualquer fator ao alcance da mão. Prefiro ir mais longe... (Lima Barreto, 1961j, p.50-1).

A militância anti-racista de Lima Barreto não se limitou aos seus textos não ficcionais. A sua ficção, desde a primeira obra de 1909 – *Recordações do escrivo Isaias Caminha* – até o romance inacabado *O cemitério dos vivos* (1920), passando pelo *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), *Numa e ninfa* (1915), *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e *Clara dos Anjos* (1923-4), apresentam, em grau maior ou menor de transfiguração, fortes traços dela.

Alguns contos tematizam claramente a questão racial. “Um especialista”(1904) (Lima Barreto, 1961b, p.192-208) e “Uma conversa vulgar” (1920) (Lima Barreto, 1961c, p.206-11) tratam da degradação de uma mulata e de um mulato respectivamente, como resultado da expoliação de suas mães de ascendência negra por seus pais brancos, que não só as submetem sexualmente, mas também, no primeiro conto, se apropria de seus bens, e, no segundo, do fruto de seu trabalho, para realizar o impulso inicial de suas ascensões financeiras e sociais.

“O filho da Gabriela”(1906) (Lima Barreto, 1961b, p.209-22) aborda a questão dos distúrbios de personalidade sofridos por um mulato, como resultado da repressão racista. A face dura dessa repressão se faz sentir no conto *O pecado* (1924) (Lima Barreto, 1961a, p.277-90), cuja ação se passa na burocracia celestial, onde a personagem principal, apesar de suas excelsas qualidades morais, não pode entrar no céu por sua condição de negro. Distúrbios da personalidade, sob a forma do fenômeno da ambivalência, sofre agonicamente o mulato Gabriel do conto “Dentes negros e cabelos azuis” (1920) (Lima Barreto, 1961c, p.222-32)

A fuga da cidade e a busca de uma vida eremita como tentativa de encontro de equilíbrio psíquico é o que caracteriza o modo de vida de três mulatos: Ernesto, o feiticeiro do conto “O feiticeiro e o deputado (1920) (Lima Barreto, 1961c, p.119-124); Hildegardo Brandão, “o desesperado mas não desesperado” protagonista de “O único assassinato de Cazuza” (1922) (Lima Barreto, 1961a, p.177-83) e o

doutor Campos Bandeira, a ética e extravagante personagem do conto “Foi buscar lâ...” (1922) (Lima Barreto, 1961a, p.223-30).

Sob uma forma mais ou menos agressiva, os contos acima citados parecem ter sido escritos sob o signo da *desmontagem da máquina de embuste racista*, consoante definiu Lima Barreto sua militância no conto “Miss Edith e seu tio”(1914) (Lima Barreto, 1961b, p.259-271) a ser estudado a seguir. Tal atitude desmascaradora foi elaborada com maestria no conto “O homem que sabia javanês” (1911) (Lima Barreto, 1961b, p.237-46): Castelo, a personagem principal, é compelido, pelas agruras da fome, a arriscar um lance ousado de transformar a sua adversa cor mulata em qualidade, ao apresentar-se como professor de javanês. Exitoso no lance inicial e já bem posto na vida graças à impostura do javanês, Castelo desnuda os meandros da ascensão social e financeira no relato que faz ao amigo Castro.

“Miss Edith e seu tio” conta uma história muito simples. Um inglês, que se faz acompanhar de uma senhorita, procura hospedagem numa pensão. Apresentam-se como tio e sobrinha e são tratados por todas as personagens que ali moram como seres superiores, quer racial, quer financeira, quer moralmente, ao mesmo tempo que os brasileiros são considerados como seres inferiores. Em oposição a essa hierarquização, dominante na fábula, atua o narrador que, no próprio ato de contar, se conduz de forma antitética, decompondo tanto as personagens perceptoras como as percebidas em aparência e essência. Um bom exemplo do processo de construção da visão das personagens perceptoras e da sua simultânea desconstrução pelo narrador é o trecho em que este relata a visão que Mme. Barbosa, a dona da pensão, tem dos ingleses, e a amplia, generalizando, para todos os brasileiros:

Percebeu Mme. Barbosa que lidava com ingleses e, com essa descoberta, muito se alegrou porque, como todos nós, ela tinha também a imprecisa e parva admiração que os ingleses, com a sua arrogância e língua pouco compreendida, souberam nos inspirar (Lima Barreto, 1961b, p.262)

Por um processo de supressão metodológica de certos elementos lingüísticos é possível perceber no trecho acima uma construção tética que faz a apologia dos ingleses: “Percebeu Mme. Barbosa que lidava

com os ingleses e, com esta descoberta, muito se alegrou porque, como todos nós, ela tinha também a [...] admiração que os ingleses [...] souberam nos inspirar”. No entanto, os elementos supressos desconstruem essa visão primeira, instaurando uma visão e discurso antitéticos sob a responsabilidade do narrador. Os adjetivos “imprecisa e parva” desinflam a aceção positiva da palavra “admiração”, fazendo a crítica dos perceptores, reverentes diante dos ingleses, juntamente com a expressão “com a sua arrogância e língua pouco compreendida”.

Um bom exemplo, no plano das personagens percebidas, é o seguinte:

Benevente julgava-os [os ingleses] nobres, um duque e sobrinha; tinham o ar de raça, maneiras de comando, depósito de hereditariedade secular dos seus ancestrais, começando por algum vagabundo companheiro de Guilherme da Normandia. (Lima Barreto, 1961b, p.270)

O leitor, vendo os ingleses da perspectiva de Benevente, percebe-os como nobres, até que a ilusão é rompida pela intrusão da perspectiva do narrador que os vincula a um “vagabundo” anônimo, antítese da ilusória concepção inicial.

Seria enfadonho citar outros exemplos dessa técnica de andamento tético e antitético na elaboração do conto, usada como recurso para “desmontar as máquinas de embuste”, resultantes das concepções racistas, sobretudo das fundadas nos pressupostos do darwinismo social que percorrem o conto. Convém enfatizar, porém, que é o narrador quem faz uso dela, sobretudo contra as posições racistas de Benevente: (...) só uma inteligência mais fina, mais apta a desmontar máquinas de embuste, seria capaz de fazer reservas discretas aos méritos de Benevente (Lima Barreto, 1961b, p.267).

Além desse desmacarante procedimento, fundado na superior capacidade intelectual do narrador, utiliza-se ele de um outro que lhe é oposto: confere a uma personagem da pensão voz e visão para revelar a verdadeira relação existente entre os dois ingleses que, em lugar de serem tio e sobrinha são, na verdade, amantes. Não é a nenhum branco nem a nenhum hóspede da pensão que ele delega voz e visão, permanecendo eles presos à ilusão e à aparência de conviverem com um casal aparentado. O leitor só vem a conhecer a real e verdadeira

situação dos ingleses por meio de uma humilde empregada da pensão, a negra Angélica. Um dia ela “viu a santa sair do quarto do tio em trajes de dormir. O espanto foi imenso, a sua ingenuidade dissipou-se e a verdade queimou-lhe os olhos. Deixou-a entrar no quarto e cá, no corredor, mal equilibrando a bandeja nas mãos, a deslumbrada criada murmurou entre os dentes:

– *Que pouca vergonha! Vá a gente fiar-se nesses estrangeiros... Eles são como nós...*” (Lima Barreto, 1961b, p.271).

A delegação da voz e visão finais do conto à negra Angélica para a revelação da relação real entre os ingleses eleva a personagem humilde à condição de aliada da “inteligência mais fina e mais apta” do narrador no processo de desmascaramento dos embustes que sustentam o racismo no conto. Com isto, Angélica ganha “status” gnoseológico similar ao narrador e é, como ele, alguém que conhece a verdade, escondida atrás das mentiras, a essência por trás das aparências ideológicas, o miolo sob a casca manipuladora. Perde a ingenuidade, a ignorância, nas quais permanecem todas as personagens da pensão, ao ter os olhos bíblicamente queimados pela verdade.

A estratégia formal de conceder a uma humilde e negra empregada doméstica, confinada à esfera do trabalho e marcada pelo estigma de inferioridade racial, a voz e a visão finais do texto implica ainda no mais radical repúdio às teorias racistas, veiculadas pelos hóspedes da pensão. Essa escolha não só derrui as equivocadas hierarquizações raciais, amparadas pela ciência da época, mas também restaura a essência humana comum da espécie, sintetizada na expressão “Eles são como nós...”, com que Angélica encerra sua intervenção. Ao leitor resta-lhe duas alternativas: continuar a partilhar, teticamente, da “admiração beata” e cega pelos ingleses, a qual estão presos inamovivelmente todas as personagens da pensão, ou negá-la e aderir, antiteticamente, à verdade flagrada pela humilde negra, aliada do narrador, e veiculada por este, a quem não seria impróprio considerar a transfiguração ficcional do mulato Lima Barreto, dado o caráter satírico do texto, fato que aqui não será desenvolvido.

A escolha do nome Angélica para a personagem negra e o aparente paradoxo daí resultante não podem ser vistos como alguma

coisa casual no conto. Pertence o nome à área semântica do religioso, do sagrado, que, como vimos atrás, constitui o pressuposto a partir do qual Lima Barreto faz a crítica dos dogmas da ciência do período. E ao conferir à negra Angélica o papel fundamental no processo de desvendamento do embuste dos ingleses, Lima Barreto nada mais faz do que ser coerente com seus pressupostos e, mais uma vez, rebelar-se contra as distorções gnoseológicas das teorias racistas e suas perversas implicações sociais.

Há um grande mal – escreve ele – em querer os nossos estudiosos de hoje desprezar as observações dos leigos; muitas vezes é preciso estar livre de construções lógicas erguidas a priori para se chegar à verdade, e não há como levar em linha de conta aqueles. Isis, como todos os Deuses e Deusas, gosta muitas vezes de abrir uma frestazinha no seu véu impenetrável aos simples e aos néscios... (Lima Barreto, 1961i, p.218).

FANTINATI, C.E. The black in the works of Lima Barreto. *Miscelânea*, Assis, 2:103–125, 1995.

ABSTRACT: This article deals with the war against racial prejudice which was fought by Lima Barreto in his fictional and non-fictional texts.

KEYWORDS: Brazilian Literature; Lima Barreto; Articles; Essays; Short stories; Racism; Anti-racism; Scientifcism.

Referências bibliográficas

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1981.

BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Trad. de Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983 (Série Novas Perspectivas, n.7)

GAMA, D. da. Uma nota da América. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: n.19, v.4, 1.10.1895. p.26-34.

HABERLY, D. T. Abolitionism in Brazil: anti-slavery and anti-slave. *Luso-Brazilian Review*. Madison IX, v.2, 1972. p.30-46.

LIMA BARRETO, A. H. de. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a (Obras completas, n.IV).

- _____. *Clara dos Anjos*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense: 1961b (Obras completas, n.V).
- _____. *Histórias e sonhos*. 2.ed. São Paulo: 1961c (Obras completas, n.VI).
- _____. *Os Bruzundangas*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d (Obras completas, n.VII).
- _____. *Coisas do reino do Jambom*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961e (Obras completas, n.VIII).
- _____. *Bagatelas*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961f (Obras completas, n.IX).
- _____. *Feiras e mafuás*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961g (Obras completas, n.X).
- _____. *Marginália*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961h (Obras completas, n.XII).
- _____. *Diário íntimo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961i (Obras completas, n.XIV).
- _____. *O cemitério dos vivos*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961j (Obras completas, n.XV).
- POLIAKOV, L. *O mito ariano*. Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. Trad. de Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1974 (Estudos 34).
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, n.9).